

2

Desenvolvimento sustentável e o papel das instituições de ensino superior

As instituições de ensino superior (IES) reúnem o conhecimento local e global, as qualidades de docentes, estudantes e restante pessoal, criando sinergias com potencial de desenvolvimento de novas soluções. No entanto, a estrutura hierárquica e burocrática da administração das IES cria dificuldades em instituir as abordagens que conduzem à sustentabilidade dos *campi* universitários (Sharp, 2002).

Owens e Halfacre-Hitchcock (2006) ressaltam que, ao se promover a sustentabilidade nessa escala, é possível perceber como difundir os princípios de sustentabilidade por toda a sociedade. Probert (1995, *apud* Price, 2005) destaca ainda que essas instituições têm o dever moral de demonstrar como alcançar uma sociedade sustentável.

A Figura 2.1 ilustra a importância das IES na sociedade, conforme apresentado por Ferrer-Ballas (2002), da Universidade Politécnica da Catalunha, na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (*The World Summit for Sustainable Development*) realizada em Johannesburg.

A missão das IES é o ensino e a formação dos decisores do futuro – ou dos cidadãos mais capacitados para a tomada de decisão. Sua experiência vasta e rica em pesquisa interdisciplinar e sua natureza fundamental de mobilizadora do conhecimento lhe imprime um papel essencial na sociedade de um mundo globalizado.

Observa-se que os professores e pesquisadores ocupam posição central na Figura 2.1 como os principais agentes de mudança rumo ao desenvolvimento sustentável. Eles devem ser capazes de transmitir para seus alunos posturas e qualidades que lhes permitam criticar, construir e agir com autonomia e determinação. Os professores devem proporcionar aos seus alunos o desenvolvimento de competências para lidar com incertezas, situações mal

definidas e questionar normas, valores, interesses e a realidade (Ferrer-Ballas, 2002, *apud* Fouto, 2002).

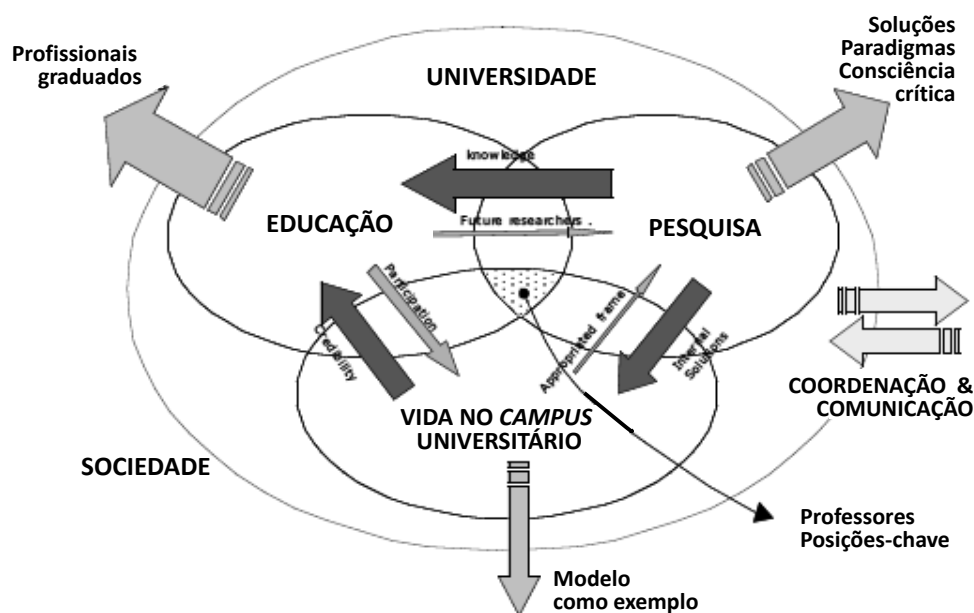


Figura 2.1 – Papel das IES na sociedade

Fonte: Ferrer-Ballas, 2002, *apud* Fouto, 2002.

Por um lado, atribui-se às IES a responsabilidade de educar para o desenvolvimento sustentável, quer diretamente os seus alunos, quer por influência junto a decisores e outros agentes-chave implicados no processo. Essa atribuição materializa-se na promoção de programas de ensino novos e/ou reorientados, de acesso mais abrangente e contínuo, na criação de painéis de especialistas que assessoram os governos e fazem um acompanhamento crítico da atuação desses e de outros agentes da sociedade.

Por um lado, espera-se que as IES gerem informações sobre os problemas que desviam o desenvolvimento humano de um modelo sustentável e proponham soluções para ultrapassá-los. Essa expectativa traduz-se na criação de novos conhecimentos e no desenvolvimento de ferramentas científicas e tecnológicas adequadas, especialmente por meio de programas e projetos de investigação aplicada, redes cooperativas e parcerias (Fouto, 2002).

Côncias das importantes atribuições, acima referidas, as IES responderam aos desafios internacionais, sobretudo aqueles lançados na Conferência Rio 92, envidando esforços no sentido de analisar, discutir e vincular o papel do ensino

superior rumo ao desenvolvimento sustentável. A Declaração de Talloires (*Unesco*, 1990; *ULSF*, 2002) marca o início de um movimento de resposta, que se consubstancia nas seguintes declarações:

- Declaração de Talloires, emergente da conferência dos presidentes das universidades para um futuro sustentável (*ULSF*, 1990);
- Declaração de Quioto, promovida pela *International Association of Universities* (*IAU*, 1993);
- Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável, lançada na Conferência dos Reitores das Universidades Europeias (*CRE*, 1993);
- Declaração de Thessaloniki, no âmbito da Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade (*Unesco*, 1997);
- Declaração Mundial sobre o Ensino Superior, no âmbito da Conferência promovida pela Unesco (*Unesco*, 1998).

Neste capítulo, apresentam-se inicialmente os conceitos básicos associados à temática em questão, para em seguida, descrever as referidas declarações e exemplos de IES que já se mobilizaram no sentido de implementar iniciativas voltadas, principalmente, para a sustentabilidade ambiental de seus *campi*.

2.1. Conceitos básicos

Nesta seção, apresentam-se os principais conceitos relacionados aos temas centrais da dissertação.

2.1.1. Instituição de ensino superior sustentável

Uma instituição de ensino superior sustentável, segundo Velasquez et al. (2006), trata, envolve e promove, em nível regional ou global, a minimização dos impactos ambientais negativos, econômicos, sociais, de saúde e os efeitos gerados na utilização dos seus recursos, com vistas a cumprir sua missão de ensino, pesquisa, de forma a ajudar a sociedade a fazer a transição para estilos de vida sustentáveis. No entanto, o papel da IES, como abordado na introdução deste capítulo, deve avançar por um caminho de melhoria para além dos seus próprios limites.

Em um *campus* universitário, como em qualquer outra organização, há formação de impactos ambientais, advindos do uso intensivo de energia, da produção de grandes quantidades de resíduos, alguns dos quais com características de periculosidade, consumo e tratamento de água, entre outros aspectos (Simkins e Nolan, 2004).

A quantidade de pessoas que frequentam um *campus* universitário e as atividades que nele se realizam provocam um amplo espectro de impactos ambientais, como mostra a Figura 2.2.

Por analogia, a gestão de um *campus* universitário assemelha-se à gestão que pode ser aplicada a pequenas cidades e municípios, com especificações próprias em relação às características da sua comunidade e às atividades que nela se realizam (Tauchen e Brandli, 2006).

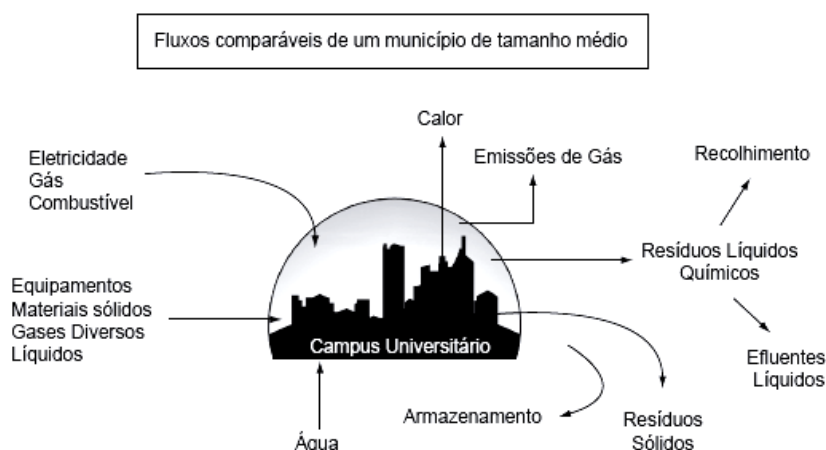


Figura 2.2 – Principais fluxos de um *campus* universitário

Fonte: Careto e Vendeirinho, 2003, p. 9.

No desenvolvimento das suas atividades operacionais, as IES afetam significativamente a sustentabilidade. O lado operacional das IES – gestão das pessoas, o funcionamento dos edifícios, a manutenção dos terrenos, ruas e utilitários – não é muito diferente do de uma pequena cidade, como mostra a Figura 2.2. Tal como os órgãos municipais, algumas IES gerenciam equipes, posse de terrenos e programas de aquisição de materiais e empreendimentos de construção e montagem (Santos, 2009).

Outras conceituações de IES sustentáveis foram apresentadas por Madeira (2008) e referem-se aos enunciados de Clugston e Clader (2000), ao trabalho de Cole (2003); às atas da *Campus Earth Summit Conference* (Bakker, 1998), a

definição dada pelo *Penn State Green Destiny Council* (2000) e os comentários conclusivos de Shriberg, em sua tese de doutorado (2002a).

De acordo com Clugtons e Clader (2000, p.3), uma IES sustentável “é aquela que ajuda os alunos a compreender a degradação do ambiente, que os motiva no sentido de procurarem práticas ambientalmente sustentáveis e que ao mesmo tempo os sensibiliza para as atuais injustiças sociais”. Esses autores sugerem alguns parâmetros que podem indicar se uma instituição está (ou não) no caminho da sustentabilidade:

- inclusão de um compromisso explícito relativamente à sustentabilidade nas declarações escritas da missão, visão e objetivos estratégicos da IES;
- incorporação do conceito de sustentabilidade no ensino em todas as disciplinas acadêmicas e nas atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D);
- estímulo para que os alunos reflitam criticamente sobre problemas ambientais e sociais;
- inclusão de práticas e políticas sustentáveis que permitam reduzir a pegada ecológica da IES;
- inclusão de parcerias em nível local e global para melhorar a sustentabilidade da IES.

Para Bakker (1998), uma IES sustentável é aquela que atende às seguintes condições:

- a sustentabilidade ambiental é uma de suas prioridades estratégicas;
- o conhecimento ambiental se encontra integrado nas suas disciplinas mais relevantes;
- organizam-se oportunidades para os alunos estudarem os problemas ambientais do *campus* e também locais;
- efetuam-se auditorias ambientais no *campus*;
- estabelecem-se práticas de compra ambientalmente responsáveis;
- busca-se reduzir significativamente os resíduos produzidos no *campus*;
- maximiza-se a eficiência energética no *campus*;

- apoiam-se os alunos que procuram carreiras ambientalmente responsáveis.

Em uma perspectiva mais abrangente, Cole (2003) considera que a comunidade de um *campus* sustentável deve atuar de forma a proteger e melhorar a saúde e o bem-estar da população e dos ecossistemas.

No relatório de sustentabilidade da *Pennsylvania State University*, uma universidade é considerada sustentável se:

- sua perspectiva de longo prazo para continuar é boa;
- o seu conjunto de valores inclua respeito pelos processos naturais, a preocupação de viver dentro dos limites planetários, a prestação de contas dos custos totais e a responsabilidade cívica.

De acordo com Shriberg (2002a), estudos de caso referentes a boas práticas de IES sustentáveis revelam que essas instituições se esforçam por integrar as questões relacionadas com a sustentabilidade nas suas funções principais de ensino (os alunos instruídos sobre ecologia e outras questões de sustentabilidade são formados pela integração desses temas nos *curricula* e de aplicações práticas);, na pesquisa, nos serviços e nas suas operações, refletindo seus valores principais de sustentabilidade na execução de seus projetos relacionados com o ambiente.. Ainda segundo o mesmo autor, essa definição serve para medir a proximidade de uma IES a uma instituição sustentável ideal.

Para fins da presente dissertação, adota-se a definição de Clugtons e Clader (2000).

2.1.2. Sustentabilidade e sua avaliação

O conceito de sustentabilidade tem suas raízes nas preocupações que emergiram no início dos anos 70 com a explosão demográfica e os impactos causados pelo crescimento econômico, mais especificamente com a utilização indiscriminada dos recursos naturais.

Destacam-se, nos anos 70, dois grandes encontros internacionais que intensificaram o debate em torno do esgotamento do modelo de desenvolvimento até então praticado: o Clube de Roma, em 1970, que reforçou a necessidade de se diferenciar crescimento e desenvolvimento econômico, e a Conferência Mundial

sobre Desenvolvimento Humano, em 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas e realizada na Suécia. Esse último evento, considerado também um marco histórico, fez emergir um novo espaço institucional para a discussão das questões sociais e ambientais, com o envolvimento de três atores estratégicos: governos, órgãos intergovernamentais e organizações não-governamentais.

Nos anos 80, aumentam as pressões de grupos sociais comprometidos com a preservação ambiental e a equidade social contra o avanço do processo de degradação socioambiental, difundindo-se mais rapidamente a necessidade de uma maior interação entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente e de práticas empresariais mais sustentáveis, com a efetiva incorporação das variáveis sociais e ambientais nas estratégias empresariais.

A disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável deu-se mais amplamente por meio da divulgação do Relatório *Brundtland* em 1987 (WCED, 1987).

A sustentabilidade como princípio ético, que tem como objetivo final atingir a contínua satisfação das necessidades humanas, fundamenta o debate sobre o desenvolvimento sustentável, em geral. Aplicada, porém, ao contexto das organizações em geral, seus elementos essenciais, além do crescimento econômico, são: equidade social (estímulo à participação das partes interessadas e consideração de seus interesses e expectativas em processos decisórios), a perspectiva de longo prazo, a preservação ambiental, o respeito aos direitos humanos, a incorporação do conceito de ciclo de vida, como definido na Norma ISO 26000 (ISO, 2010), e a responsabilidade social sobre os produtos e serviços ofertados.

Hedstrom et al. (1998) definem sustentabilidade no contexto das organizações como uma abordagem capaz de criar prosperidade até horizontes de longo prazo, mediante a integração de estratégias voltadas para o crescimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social.

As pressões dos sistemas sociais para que as organizações se engajem o mais rapidamente possível na visão da sustentabilidade referem-se em grande parte à necessidade de alinhar seus processos aos três objetivos mencionados por Hedstrom et al. (1998). Nesse contexto, O’Riordan e Voisey (1998) abordam a transição para a sustentabilidade como um processo permanente, partindo do

pressuposto de que a ‘sustentabilidade pura’ é um estado idealizado, impossível de ser alcançado. Os autores propõem uma escala de evolução para a sustentabilidade, variando do estágio de sustentabilidade muito fraca, que envolve pequenas mudanças de práticas ambientais, até o estágio de sustentabilidade muito forte, auto-sustentada, inclusiva e que considera os interesses e necessidades das diversas partes interessadas nos processos decisórios.

Focalizando-se as instituições de ensino superior (IES), Nixon (2002) define a avaliação da sustentabilidade como uma tentativa estruturada de avaliar quantitativa ou qualitativamente um ou mais aspectos da “pegada ecocultural” de uma instituição de ensino superior e suas características institucionais. Segundo esse autor, ‘pegada ecocultural’ compreende os efeitos coletivos diretos e indiretos, positivos e negativos, resultantes das atividades de uma organização na sociedade e no ambiente, tanto em escala local, quanto regional e global.

Para fins desta dissertação, adota-se o conceito de Nixon (2002), considerando-se que a pesquisa aqui reportada tem como foco a mensuração da sustentabilidade ambiental de uma IES e como unidade de análise a Agenda Ambiental PUC-Rio. Os conceitos sobre indicadores de sustentabilidade serão tratados no capítulo 4 (Seção 4.3).

2.2.

Declarações e eventos para o alcance da sustentabilidade pelas IES

Como abordado na introdução, surgiram inúmeras Declarações com o objetivo de tornar as IES mais sustentáveis, as quais têm sido assinados pelas instituições interessadas, assumindo assim diversos compromissos. Esta seção é dedicada à apresentação dessas Declarações, pela sua importância normativa para a modelagem conceitual pretendida na presente pesquisa.

O Quadro 2.1 sintetiza aquelas consideradas as mais importantes para fins desta dissertação:

Quadro 2.1 - Declarações e eventos relevantes para a implementação de IES sustentáveis

Ano	Declaração ou evento
1972	Declaração de Estocolmo sobre Ambiente Humano
1977	Declaração de Tbilisi
1990	Declaração de Talloires
1991	Declaração de Halifax
1992	Criação da <i>University Leaders for a Sustainable Future</i> - ULSF
1992	Capítulo 36 da Agenda 21
1993	Fundação da <i>Second Nature</i>
1993	Declaração de Quioto
1993	Declaração de Swansea
1993	Carta de Copernicus
1994	<i>Campus Blueprint for a Sustainable Future</i>
1995	Relatório Essex – Princípios de Sustentabilidade no Ensino Superior
1997	Declaração de Thessaloniki
1998	Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI
2001	Declaração Lüneburg
2002	Declaração de Ubuntu e a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
2005	Formação do <i>Higher Education Associations Sustainability Consortium</i>

Fonte: Madeira, 2008, p. 48.

A seguir, descrevem-se algumas das Declarações constantes do Quadro 2.1, com base nas revisões elaboradas por Madeira (2008), Santos (2009) e consulta direta aos documentos das declarações na página web da *University Leaders for a Sustainable Future (ULSF)*.

2.2.1. Declaração de Estocolmo

A Declaração de Estocolmo (Unesco, 1973; Sohn, 1973) foi a primeira declaração que fez referência à sustentabilidade no âmbito do ensino superior. Dos 26 princípios que a constituem, o 19º é particularmente importante para o ensino, pois estabelece a necessidade da existência de educação ambiental desde a escola primária até à idade adulta de forma a incutir nas pessoas, empresas e comunidade o sentido de responsabilidade relativamente à proteção e melhoria do ambiente.

A partir de então, despertou-se um interesse crescente em nível internacional sobre o papel do ensino superior na promoção de um futuro sustentável, o que fez aumentar o número de eventos e de Declarações. Este

aumento foi mais significativo na década de 90, como pode ser constatado na linha do tempo apresentada no Quadro 2.1.

2.2.2.

Declaração de Tbilisi

A Declaração de Tbilisi de 1977 resultou da primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Foi realizada em Tbilisi, na Geórgia, sob a responsabilidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (em inglês, *Unesco*), em colaboração com o Programa Ambiental das Nações Unidas (em inglês, *UNEP*).

Constituiu a 1ª Declaração Internacional sobre Educação Ambiental e foi considerado um dos eventos que mais contribuiu para a evolução das declarações internacionais de sustentabilidade. Foi um dos pontos de partida para as iniciativas internacionais formais de educação ambiental, reafirmando o que já havia sido estabelecido na Declaração de Estocolmo. Ou seja, reforçou o importante papel desempenhado pela educação ambiental na preservação e melhoria do ambiente mundial. Na ocasião, abordaram-se assuntos como os princípios da educação ambiental e as diretrizes para as estratégias internacionais, incluindo recomendações específicas para o ensino superior, pesquisa, acesso à informação, formação de pessoal, dentre outras questões.

Os princípios dessas duas primeiras Declarações, apesar de terem sido raramente implementados pelas universidades, estabeleceram a necessidade da existência de educação ambiental nas instituições de ensino superior (Wright, 2002 *apud* Madeira, 2008; Wright, 2002a).

2.2.3.

Declaração de Talloires

Em outubro de 1990, vinte presidentes de universidades, reitores e pró-reitores das universidades de todas as regiões do mundo mostraram seus interesses sobre o ritmo acelerado da poluição e degradação ambiental e a depleção de recursos naturais. Essa Declaração foi assinada no Centro Europeu da Universidade de Tufts, na cidade de Talloires, na França. Consta dessa Declaração que as universidades possuem um papel fundamental na educação, pesquisa e desenvolvimento, formação de políticas e troca de informação em alinhamento

aos princípios do desenvolvimento sustentável. Ressalta que os líderes universitários têm que garantir a liderança e o apoio na mobilização dos recursos internos e externos, de forma a que suas instituições respondam aos inúmeros desafios ambientais e sociais. Nessa perspectiva, a Declaração de Talloires estabeleceu as seguintes diretrizes:

- aumentar a consciência para o desenvolvimento ambientalmente sustentável: usar todas as oportunidades para reforçar a consciência pública, governamental, industrial, institucional e universitária, defendendo publicamente a necessidade urgente de caminhar rumo a um futuro ambientalmente sustentável;
- criar uma cultura institucional da sustentabilidade: encorajar todas as universidades a envolver-se na educação, investigação, formação de políticas e troca de informação sobre a população, ambiente e desenvolvimento rumo a um futuro mais sustentável;
- educar para a cidadania ambientalmente responsável: estabelecer programas para produzir conhecimento em gestão ambiental, desenvolvimento econômico sustentável, população e domínios relacionados, de forma a assegurar que todos os graduados universitários sejam formados em ambiente e cidadãos responsáveis;
- incentivar a literatura ambiental: criar programas para desenvolver a capacidade do corpo docente de cada faculdade de ensinar matérias ambientais a todos os estudantes universitários;
- praticar a ecologia institucional: estimular os dirigentes universitários e os docentes e investigadores ambientais a desenvolver investigação, políticas, programas de intercâmbio de informação e curricular para um futuro ambientalmente sustentável;
- envolver todas as partes interessadas: encorajar governos, fundações e indústria a apoiar a investigação interdisciplinar, a educação, o desenvolvimento de políticas e o intercâmbio de informação em desenvolvimento ambientalmente sustentável. Expandir o trabalho com as comunidades locais e as organizações não governamentais para ajudar a encontrar soluções para os problemas ambientais;

- colaborar para abordagens interdisciplinares: reunir professores e gestores universitários com técnicos ambientais de forma a desenvolver abordagens interdisciplinares aos currículos e a iniciativas de investigação, operação e comunicação que suportem um futuro ambientalmente sustentável;
- aumentar a capacidade das escolas primárias e secundárias: estabelecer parcerias com as escolas primárias e secundárias para potenciar as capacidades dos seus professores em ensinar assuntos relacionados com a população, o ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- alargar o serviço e o alcance, nacional e internacionalmente: trabalhar com a Conferência da ONU em Ambiente e Desenvolvimento (*UNCED*), o Programa Ambiental da ONU (*UNEP*) e outras organizações internacionais e nacionais para promover um esforço universitário global rumo a um futuro sustentável;
- manter o movimento: estabelecer um comitê de acompanhamento e um secretariado para continuar este *momentum*. Informar e apoiar mutuamente os esforços na efetivação desta Declaração.

Os signatários da Declaração de Talloires comprometem-se na ocasião a criar uma cultura institucional da sustentabilidade, encorajando todas as universidades a se envolverem na educação, pesquisa e desenvolvimento (P&D), formulação de políticas públicas e intercâmbio de informação sobre os temas centrais de sustentabilidade e responsabilidade social (*Unesco*, 1990; *ULSF*, 2002).

2.2.4. Declaração de Halifax

Em dezembro de 1991, em Halifax, no Canadá, os representantes seniores da *International Association of Universities (IAU)*, da *United Nations University (UNU)* e da Associação das Universidades e Faculdades do Canadá juntaram-se com 20 presidentes de universidades das várias partes do mundo para discutir as seguintes ações:

- utilizar os recursos intelectuais da universidade para incentivar uma compreensão melhor por parte da sociedade dos perigos físicos, biológicos e sociais relacionados que enfrentam o planeta Terra;

- enfatizar a obrigação ética da geração atual para superar aquelas mal práticas da utilização de recursos e daquelas circunstâncias difundidas do ser humano que se encontram na raiz da insustentabilidade ambiental;
- realçar a capacidade da universidade de ensinar e praticar princípios sustentáveis, para aumentar o interesse ambiental e para aumentar a compreensão da ética ambiental entre a faculdade, os estudantes e o público em geral;
- cooperar com todos os segmentos da sociedade e na perseguição de medidas práticas para conseguir a revisão e a reversão eficazes daquelas práticas da corrente que contribuem à degradação ambiental;
- empregar todas as comunicações entre universidade, enfatizando estes empreendimentos à UNCED, aos governos e ao público em geral.

A Declaração de Halifax foi liberada na conclusão da referida Conferência (Unesco, 1991).

2.2.5. Declaração de Quioto

A Declaração de Quioto foi o resultado da 9ª Mesa Redonda da Associação Internacional de Universidades, que ocorreu em 1990. Os participantes adotaram em novembro de 1993 a Declaração de Quioto. Nela foi feito um apelo às Universidades para estabelecerem uma interpretação mais clara do desenvolvimento sustentável e encorajarem o exercício de princípios e práticas de DS mais apropriados em nível local, nacional e global. Isso de uma forma mais consistente com as missões das IES (IAU, 1993).

De acordo com Madeira (2008), a principal característica da Declaração foi o desafio a ser enfrentado pelas universidades para não promover a sustentabilidade somente por meio da educação ambiental, mas também pelo exemplo de suas operações. A referida Declaração pretendia que a comunidade internacional universitária criasse planos de ação específicos tendo em conta a sustentabilidade.

2.2.6.

Declaração de Swansea

Em agosto de 1993, na conclusão da conferência quinquenal organizada pela *Association of Commonwealth Universities (ACU)*, os participantes expressaram a opinião de que as soluções aos problemas ambientais seriam eficazes se tivessem a participação de toda a sociedade na busca da sustentabilidade. Para isto desencadeou ações para:

- incitar as universidade da *ACU* a procurar estabelecer e disseminar uma compreensão mais desobstruída do desenvolvimento sustentável – desenvolvimento que se encontra com as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras e incentivar os princípios e as práticas sustentáveis mais apropriadas do desenvolvimento nos níveis locais, nacionais e globais, nas maneiras consistentes com suas missões;
- utilizar recursos da universidade incentivando à melhor compreensão por parte dos governos e do público, sobre grandes perigos físicos, biológicos e sociais relacionados que enfrentam a Terra e para reconhecer a interdependência significativa e as dimensões internacionais do desenvolvimento sustentável;
- enfatizar a obrigação ética da geração atual para superar aquelas práticas da utilização do recurso e aquelas circunstâncias difundidas;
- realçar a capacidade da universidade de ensinar e praticar princípios sustentáveis, para aumentar o interesse ambiental e para aumentar a compreensão da ética ambiental entre a faculdade, os estudantes e o público em geral;
- promover a cooperação com todos os segmentos da sociedade e perseguição de medidas práticas para conseguir a revisão e a reversão eficazes daquelas práticas da corrente que contribuem à degradação ambiental;
- incentivar universidades a rever suas próprias operações para refletir as melhores práticas sustentáveis;

- pedir urgência ao Conselho da ACU para considerar e executar as maneiras e os meios, dar vida a esta declaração na missão de cada um de seus membros e com a empresa comum da ACU.

Essa declaração foi assinada na Universidade de Wales, Swansea, no dia 20 de agosto de 1993 (ACU, 1993).

2.2.7.

Carta de Copernicus

O *Copernicus-Campus*, formalmente conhecido como o Programa Copernicus (*Cooperation Programme in Europe for Research on Nature and Industry through Coordinated University Studies*), é uma rede fundada em 1988 na 1ª Conferência de Reitores Europeus.

Em 1993 e como resposta à Conferência Rio 92, foi desenvolvida a Carta de Copernicus pelo Conselho de Reitores Europeus, designado atualmente pela *European University Association (EUA)*. A Carta constitui o resultado direto de discussões dentro da organização, culminando em um apelo para uma declaração de sustentabilidade no Ensino Superior. Atualmente, a Carta constitui o princípio orientador para a maioria das instituições de ensino superior na Europa na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável (CRE, 1994).

A Carta reiterou a necessidade das Universidades serem líderes na criação de sociedades sustentáveis. Os principais temas da Carta são o estímulo à formação de parcerias e à educação ambiental, estabelecendo que as Universidades não devem proporcionar oportunidades apenas aos alunos, mas também aos seus funcionários, para que estes possam trabalhar de uma forma ambientalmente responsável. A referida Carta realça ainda a necessidade da existência de redes de trabalho entre Universidades (Wright, 2002 *apud* Madeira, 2008; Wright, 2002a).

Em dezembro de 2006, a Carta contava já com cerca de 328 assinaturas de Instituições de Ensino Superior pertencentes a 38 países da Europa, implicando por isso que nos *curricula*, na gestão e nas prestações de serviços à comunidade local/regional seja ponderado um equilíbrio responsável entre os aspectos económicos, ecológicos e sociais/culturais (Madeira, 2008).

A rede ‘*Copernicus-Campus*’ desenvolveu recentemente as diretrizes estratégicas para a incorporação do desenvolvimento sustentável na área do ensino superior europeu (“*Copernicus Guidelines*”).

2.2.8. Declaração de Thessaloniki

A Declaração de Thessaloniki foi o resultado de uma conferência organizada pela *Unesco*, intitulada “*Conference on Environment and Society: Education and Public Awareness for Sustainability*”, realizada em 1997, em Thessaloniki, na Grécia. Nessa conferência, constatou-se que o progresso feito relativamente à sustentabilidade, desde 1992, tinha sido reduzido.

A Declaração de Thessaloniki refere que para se atingir a sustentabilidade é necessária uma coordenação de esforços em vários setores da sociedade e uma alteração rápida e radical de comportamentos e estilos de vida, incluindo alterações em nível de produção e consumo (*Unesco*, 1997). Os participantes da Conferência concordaram que deveria ocorrer uma alteração social previamente à alteração ambiental. A redução da pobreza foi considerada essencial para se atingir a sustentabilidade. A Declaração reconheceu ainda que as iniciativas de sustentabilidade devem ocorrer em todos os níveis da sociedade e que devem ser de natureza interdisciplinar. No que diz respeito ao ensino superior, referiu-se que que todas as disciplinas deveriam integrar temas relacionados com o ambiente e com o desenvolvimento sustentável (Wright, 2002 *apud* Madeira, 2008; Wright, 2002a).

2.2.9 Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o século XXI: Visão e Ação

Em 1998, sob a coordenação da *Unesco*, foi realizada em Paris a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI: Visão e Ação. Tinha como base a ideia de que o ensino constitui um pilar fundamental dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz mundial. Nessa Conferência, o Programa de Trabalho da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) recomendou que fosse discutido o modo como a reforma do Ensino Superior poderia apoiar o desenvolvimento sustentável. Dessa Conferência, surgiu a ‘Declaração sobre o Ensino Superior para o século XXI:

Visão e Ação’, que é constituída por 17 artigos, dos quais se destaca o 1º, que refere que as missões e valores nucleares do ensino superior, em particular a missão para contribuir para o desenvolvimento sustentável e melhoria da sociedade, devem ser preservados, fortalecidos e expandidos (Unesco, 2007).

2.2.10

Declaração de Lüneburg

Em outubro de 2001, realizou-se na Universidade de Lüneburg, Alemanha, uma Conferência Internacional Copernicus, intitulada “*Higher Education for Sustainability: Towards the World Summit on Sustainable Development 2002*”. Foi organizada pela Universidade de Lüneburg e pelo Programa Copernicus da Associação das Universidades Europeias, tendo sido patrocinada pela Parceria Global do Ensino Superior para a Sustentabilidade – formada pelo Programa Copernicus, pela *International Association of Universities (IAU)*, pela *University Leaders for a Sustainable Future (ULSF)* e pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco)*.

Dessa Conferência, resultou a Declaração de Lüneburg, da qual se destacam, a seguir, alguns dos aspectos considerados os mais importantes (*International Association of Universities*, Declaração de Lüneburg 2001). Foi efetuado um apelo às instituições do Ensino Superior, às Organizações não Governamentais e a outros *stakeholders* para:

- assegurarem a revisão e atualização de conteúdos de aprendizagem de forma a refletirem a mais recente interpretação científica de sustentabilidade;
- assegurarem que continua a ser dada prioridade à reorientação do ensino para o desenvolvimento sustentável como uma componente chave do ensino superior;
- intensificarem a criação de redes de ensino;
- proporcionarem formação contínua sobre desenvolvimento sustentável aos docentes, decisores e à sociedade em geral;
- promoverem o desenvolvimento criativo e implementação de projetos abrangentes de sustentabilidade no ensino superior, e em todos os níveis e formas de ensino.

Adicionalmente, foi feito um apelo às Nações Unidas para:

- destacar o papel indispensável do ensino, em geral, e do ensino superior em particular, para se atingir o desenvolvimento sustentável;
- desenvolver uma ferramenta específica para universidades, faculdades, gestores, administradores e alunos para que passem dos compromissos assumidos à ações concretas (Madeira, 2008).

2.2.11. Declaração de Ubuntu

A Declaração de Ubuntu aconteceu em 2002 e constitui um dos resultados da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburg, África do Sul. O objetivo dessa Declaração foi a criação de uma aliança global para promover o desenvolvimento sustentável, integrando-o nos *curricula* em todos os níveis de ensino (Madeira, 2008).

Concluindo essa seção, as Declarações aqui sumarizadas, expressam: (i) a necessidade das operações das Universidades serem sustentáveis; (ii) o apelo para o desenvolvimento de práticas e programas sustentáveis dentro das IES, apesar de poucas oferecerem planos concretos de ações; (iii) o estímulo à realização de pesquisa científica relacionada com a sustentabilidade; (iv) a necessidade de cooperação intra e inter-universitária e a realização de parcerias com organizações governamentais para se atingir a sustentabilidade; e (v) o estímulo à educação ambiental em todo o ensino.

Estudos anteriores sobre a temática de IES sustentáveis abordaram exemplos de instituições que buscam a sustentabilidade, particularmente os trabalhos de Blewitt (2001), Bonnet et al. (2002), Fouto (2002), Careto e Vendeirinho (2003), Pontifica Universidad Javeriana (2003), Cole (2003), Ribeiro et al. (2005), Delgado e Vélez (2005), Tauchen e Brandli (2006) e Madeira (2008).

Madeira (2008) identificou, em nível internacional, que algumas universidades avaliavam e divulgavam a sustentabilidade, utilizando ferramentas adaptadas das existentes para outros tipos de organizações ou métodos e procedimentos desenvolvidos especificamente para IES.

Tauchen e Brandli (2006), a partir dos trabalhos citados acima, apresentam um resumo das universidades com ações sustentáveis localizadas em Portugal, na Alemanha, na Espanha, na França, Nova Zelândia, América Latina e América do Norte (Canadá e Estados Unidos). Ao todo, foram abordadas 46 universidades,

incluindo quatro brasileiras. Por limitação de espaço e necessidade de enfatizar as ferramentas para mensuração da sustentabilidade ambiental em IES, as descrições das experiências das universidades não serão aqui descritas, embora tenham sido objeto da revisão bibliográfica na fase exploratória da presente pesquisa.

2.3.

Considerações finais sobre o capítulo

Da análise das declarações, revistas na seção 2.2, é possível concluir que as próprias universidades reconhecem a educação e pesquisa como componentes de sua missão prioritária, no âmbito do objetivo geral de desenvolvimento sustentável. Os signatários da Declaração de Talloires (item 2.2.1.) comprometeram-se a criar uma cultura institucional de sustentabilidade, encorajando todas as universidades a se envolverem na educação, P&D, formação de políticas e intercâmbio de informação sobre os tópicos relevantes dessa temática.

Já a Declaração de Quioto (item 2.2.5), promovida pela *International Association of Universities (IAU)*, ressaltou a dimensão ética da educação para o desenvolvimento sustentável, que, além de ensinar princípios, deve promover práticas igualmente sustentáveis. A Carta de Copernicus (item 2.2.7) enfatizou em seu primeiro princípio o compromisso institucional que as universidades devem assumir e comprovarem as práticas sustentáveis em seu dia-a-dia.

Pelo seu escopo normativo, as Declarações aqui apresentadas são genéricas e enfatizam normalmente o que deve ser feito para se integrar a sustentabilidade nas instituições de ensino superior, mas não se referem a estratégias de implementação, ou seja, ‘como’ deve ser feito. Deixam à responsabilidade de cada IES atuar de forma sustentável e ser modelo para outras organizações.

Em síntese, a resposta universitária confirmou que a educação é a chave do desenvolvimento sustentável, como abordado na introdução deste capítulo. No entanto, acrescenta-se que as ações das IES deverão ser eticamente orientadas, no sentido de praticar os princípios norteadores que integram as Declarações aqui abordadas (discurso e prática deverão caminhar juntos...).